



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V  
COLEGIADO DE GEOGRAFIA

**FABIANA RIBEIRO SANTANA**

**PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS  
DE GEOGRAFIA EM UMA INSTITUIÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DO ESPAÇO  
RURAL DE GOVERNADOR MANGABEIRA - BAHIA**

SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BA  
2016

**FABIANA RIBEIRO SANTANA**

**PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS  
DE GEOGRAFIA EM UMA INSTITUIÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DO ESPAÇO  
RURAL DE GOVERNADOR MANGABEIRA - BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
orientado pela Professora Ms. Josemare  
Pereira dos Santos Pinheiro, como  
requisito final à graduação em  
Licenciatura Plena em Geografia.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BA  
2016

## RESUMO

O Programa Mais Educação é uma política educacional criada pelo Governo Federal que ainda está em fase de desenvolvimento nas escolas públicas brasileiras, tem o intuito de ampliar a jornada escolar, na perspectiva da educação integral, oportunizando a organização curricular com atividades pedagógicas desenvolvidas para aprendizagem das crianças e jovens. Com o propósito de melhor conhecer processos e práticas pedagógicas de tal Programa, este estudo tem o objetivo geral de analisar como tem se dado o trato com o conhecimento da Geografia no âmbito do Programa Mais Educação na escola municipal do espaço rural de Governador Mangabeira – Bahia. Do ponto de vista metodológico esta é uma pesquisa qualitativa, onde fez-se análise dos projetos de ensino e entrevistas com as monitoras do Programa. Os principais resultados apontaram que, embora previsto na organização curricular, o conhecimento geográfico quase não é tratado na dinâmica pedagógica do Programa, demonstrando uma negligência com os conteúdos da Geografia.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais. Educação Integral. Programa Mais Educação. Ensino de Geografia.

## LISTA DE SIGLAS

FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PME	Programa Mais Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
SEB	Secretaria de Educação Básica
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do município de Governador Mangabeira - BA.....	24
---	----

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela minha vida, por está sempre guiando meu caminho, e que me dar todos os dias coragem para vencer os obstáculos.

Agradeço aqui, aos meus pais (Terêsa e Luiz Alberto) por ter me dado uma educação exemplar e carinho, e ao querido e único irmão pelo apoio e amizade.

Meus agradecimentos a Ana Claudia Amorim, Daniela Oliveira e Lucas Silva pela força e disponibilidade em ajudar.

As colegas Eliana Andrade, Ivaneide Barbosa e Laís Souza, Jamile Lima que se tornaram minhas amigas no curso de Licenciatura plena em Geografia da UNEB, que me ajudaram com incentivo, apoio nos momentos de dificuldades e por estarem sempre do meu lado.

Meus duradouros agradecimentos a minha orientadora pela paciência, pelo incentivo, e pelos valiosos ensinamentos que contribuíram para realização desta pesquisa, e que servirão para futuros trabalhos.

Destaco aqui, como fonte de motivação para esta nova conquista na minha vida, os trechos da música Tocando em frente:

“Ando devagar porque já tive pressa  
E levo esse sorriso porque já chorei demais  
Hoje me sinto mais forte, mais feliz, quem sabe?  
Só levo a certeza de que muito pouco eu sei  
Nada sei.

Conhecer as manhas e as manhãs,  
O sabor das massas e das maçãs,  
É preciso amor pra poder pulsar,  
É preciso paz pra poder sorrir,  
É preciso a chuva para florir

Penso que cumprir a vida seja simplesmente  
Compreender a marcha e ir tocando em frente  
Como um velho boiadeiro levando a boiada  
Eu vou tocando dias pela longa estrada eu vou  
Estrada eu sou”.

Almir Sater/ Renato Teixeira

Esta pesquisa é totalmente dedicada a minha mãe, Têresa Ribeiro, esta guerreira que sempre me incentiva e acredita no meu potencial, e ao meu irmão Fabiano Ribeiro, por estar constantemente ao meu lado.

A leitura do espaço permite que se faça o aprender da leitura da palavra, aprendendo a ler o mundo.

Helena Copetti Callai (2005, p.234).

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>13</b>
2.1 Caracterização do Programa Mais Educação.....	13
2.2 O ensino de Geografia.....	17
<b>3 A GEOGRAFIA NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO .....</b>	<b>24</b>
3.1 As aulas de Geografia: realidade e possibilidades.....	25
3.1.1 Concepção sobre Educação, Ensino e Geografia.....	25
3.1.2 Conhecimento do Programa Mais Educação.....	27
3.1.3 Formação/treinamento para ser professor no Programa Mais Educação	27
3.1.4 Os conteúdos trabalhados nas aulas de Geografia no Programa Mais Educação.....	30
3.1.5 Dificuldades em trabalhar Geografia no Programa Mais Educação.....	30
3.1.6 Avaliação da atuação com Geografia no Programa mais Educação.....	31
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>36</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O Programa Mais Educação é uma política educacional criada pelo Governo Federal, através da Portaria Interministerial nº 17/2007, e agrega as atuações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o objetivo de ampliar o tempo e o espaço educativo das escolas públicas do território brasileiro, isto é, uma educação integral.

O Programa é operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica – SEB, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, para as escolas prioritárias, cuja listagem é anualmente incluída no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC (BRASIL, 2013, p.6).

O Programa Mais Educação, anunciado pelo Governo como uma educação integral, trazendo como apoio atividades variadas no turno oposto escolar, para crianças, adolescentes e jovens que apresentem algumas das seguintes características: distorção de idade-série, evasão escolar, reprovação e algum risco de vulnerabilidade social. Dessa maneira, as ações dessa política da educação viriam para alavancar os índices escolares, dando prioridade às escolas públicas de baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Em essência, a política educacional do PME declara visar um currículo diferenciado de forma integral, no qual a escola precisa organizar seu currículo integralmente, fazendo adaptação, envolvendo toda comunidade escolar.

É importante salientar ainda, que esta política educacional é de cunho nacional, com o propósito de melhorar o desempenho escolar como um todo, através de metas. Mas, deve-se levar em consideração que a realidade escolar brasileira é muito complexa, em especial nas escalas locais, pois a grande maioria das escolas apresentam dificuldades persistentes que quase sempre não permitem acompanhar as exigentes mudanças necessárias em prol de uma educação de qualidade.

Justifica-se que a partir das reflexões feitas nesta pesquisa traga um retorno para a comunidade escolar e também sirva de auxílio para futuras pesquisas acadêmicas. O PME é uma nova política da educação que tem como objetivo melhorar e/ou facilitar a aprendizagem escolar dos alunos matriculados neste

programa Federal, através de oficinas educativas em todas as disciplinas principalmente no ensino de Geografia, no horário oposto do ensino regular.

As escolas participantes do Programa Mais Educação têm como área obrigatória o Acompanhamento Pedagógico. As atividades das oficinas educativas estão presentes nos seguintes macrocampos: Acompanhamento Pedagógico (campos do conhecimento: Ciências Humanas, Ciências e Saúde, Leitura e Produção Textual, e Matemática); Agroecologia; Esporte e Lazer; Direitos Humanos em Educação; Memória e História das comunidades tradicionais; Educação Ambiental e Sociedade Sustentável; Cultura e Artes, Promoção da Saúde, Comunicação, Uso de mídias e Cultura Digital, e Educação Econômica (PASSO A PASSO –BRASIL, 2013).

É a partir deste contexto das referentes propostas pedagógicas deste programa, que fica a questão a ser analisada nesta pesquisa como foco principal: como tem se dado o trato com o conhecimento da Geografia no âmbito do Programa Mais Educação em uma escola municipal do espaço rural de Governador Mangabeira – Bahia?

A partir dessa questão, tem-se como objetivo geral analisar como tem se dado o trato com o conhecimento da Geografia no âmbito do Programa Mais Educação na escola municipal do espaço rural de Governador Mangabeira – Bahia. Especificamente buscou-se conhecer os conteúdos de Geografia trabalhados na escola municipal participante do Programa Mais Educação; identificar nos documentos oficiais do PME qual a concepção do conhecimento referente à Geografia; e identificar a formação e as concepções dos professores envolvidos no PME, percebendo se está em sintonia com as proposições do Programa Mais Educação.

Quanto à abordagem metodológica, este estudo é de natureza qualitativa. A investigação qualitativa emprega diferentes alegações do conhecimento, estratégias de investigações e métodos de coleta e análise de dados (CRESWELL, 2007, p.184). O autor ainda aborda que:

A pesquisa qualitativa é fundamentalmente interpretativa. Isso significa que o pesquisador faz uma interpretação dos dados. Isso inclui o desenvolvimento da descrição de uma pessoa ou de um cenário, análise de dados para identificar temas ou categorias e, finalmente, fazer uma interpretação ou tirar conclusões sobre seu

significado, pessoal e teoricamente, mencionando as lições aprendidas e oferecendo mais perguntas a serem feitas (WOLCOTT, 1994 apud CRESWELL, 2007, p.186).

Foram realizadas entrevistas com as monitoras, por acreditar que a partir da entrevista obtém-se uma leitura real do problema exposto “pois ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada” (NETO, 1994, p. 57).

Além das entrevistas foi feita também uma análise dos projetos de ensino das monitoras que trabalham com Ciências Humanas do campo do conhecimento do Programa Mais Educação, e as leituras de documentos para verificar o tratamento da disciplina de Geografia inserido no PME.

As fontes que deram base à fundamentação teórica acerca deste objeto: Brasil (1998), Brasil (2013), Callai (2005), Carvalho (2004), Cavalcanti (2010), Kaercher (2013), Oliveira (2002), Oliveira (2010), Tonini (2003), entre outros que abordam sobre as políticas educacionais, o Programa Mais Educação e os que tratam do ensino de Geografia.

As respostas obtidas pelas duas monitoras foram cruciais para compreender o tratamento das propostas pedagógicas elaboradas pela escola para o ensino de Geografia, de acordo com as recomendações do Programa Mais Educação. Vale lembrar que o campo do conhecimento é uma área educativa do PME, que insere as Ciências Humanas de forma integrada no ensino e aprendizagem dos alunos no turno oposto do ensino regular.

O conjunto de informações permitiu assim estruturar esta monografia: o primeiro capítulo, o referencial teórico, apresenta uma caracterização legal e pedagógica do Programa Mais Educação, bem como um panorama sobre o ensino de Geografia, a partir de bases teóricas selecionadas; o capítulo seguinte, a Geografia no Programa Mais Educação, articula discussões e análises sobre os principais e mais expressivos achados da pesquisa, pondo em relevo a efetiva abordagem da Geografia no Programa pesquisado. Acrescente-se ainda a introdução e as considerações finais, nas quais, respectivamente, se faz uma contextualização do objeto de estudo e são encaminhadas questões finalizadoras da pesquisa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

As políticas educacionais são mecanismos de decisões e ações estratégicas que são formuladas e aplicadas no campo da educação, sendo assim uma relação de conexão que o governo faz para ser utilizado nas escalas federal estadual e municipal das instituições de ensino, isto é, são construídas verticalmente. Nesse sentido, Cavalcanti destaca que:

A política pública está relacionada com as intenções que determinam as ações de um governo; com o que o governo escolhe fazer ou não fazer; com as decisões que têm como objetivo implementar programas para alcançar metas em uma determinada sociedade; com a luta de interesses entre o governo e sociedade; ou ainda, com atividades de governo, desenvolvidas por gestores públicos ou não, que têm uma influência na vida de cidadãos (2012, p.11).

Já Oliveira (2010, p.4), define resumidamente que “política pública educacional é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação [...] é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares”.

Com efeito, sua formulação está de fato atrelada aos problemas educacionais, em especial na Educação Básica, que as reformas anteriores não conseguiram sanar. Assim essencialmente essas políticas da educação propõem mudanças internas através das ações de planejamento e implementação, com medidas táticas na busca de resultados eficazes.

De acordo com Cavalcanti (2012, p.13), “política pública é um curso de inação ou ação, escolhido por autoridades públicas para focalizar um problema que é expresso no corpo das leis, regulamentos, decisões e ações de governo”.

Com a grande demanda escolar, são necessárias mudanças profundas, neste sentido, é que são desenvolvidas políticas educacionais voltadas para a educação integral nas esferas da Educação Básica, focalizando nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, com o propósito de melhorias no ensino e aprendizagem.

Essas políticas que estão articuladas com o governo, na qual regulam, orientam, implementam e executam, são ações específicas aplicadas nas instituições escolares. De acordo com o Brasil:

Educação Integral que intensifique os processos de territorialização das políticas sociais, articuladas a partir dos espaços escolares, por meio do diálogo intragovernamental e com as comunidades locais, para a construção de uma prática pedagógica que afirme a educação como direito de todos e de cada um (2009, p.11).

Sobre a educação integral segue um sistema de disposições legais em vigor no território brasileiro, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96, “prevê no Art. 34 § 2º. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino”.

Assim, Libâneo *et al.* (2011, p. 244), afirmam que:

LDB/1996 é a lei geral da educação e, com perspectivas decretos, portarias, resoluções, com pareceres normativos do CNE, antes CFE, e outros atos administrativos do MEC, penetra nas esferas estaduais e municipais e, conseqüentemente, interfere nos sistemas de ensino, em seus níveis e modalidades.

São nas esferas estadual e municipal que permeiam os ensinios infantil e fundamental, na qual o ente federal está desenvolvendo políticas para educação integral com normas e procedimentos, com atividades pedagógicas que adequam-se a suas especificidades.

É nesse sentido que o PNE (Plano Nacional de Educação), preconiza uma educação com ampliação de tempo e espaço de forma integrada, além do incentivo da participação da comunidade na gestão escolar, assim tendo como público alvo crianças e adolescentes com risco social e dificuldades no ensino e aprendizagem escolar. Segundo o Brasil (2009, p.22):

PNE avança para além do texto da LDB, ao apresentar a educação em tempo integral como objetivo do Ensino Fundamental e, também, da Educação Infantil [...] o Plano valoriza a educação em tempo integral especialmente nos seus aspectos pertinentes à assistência social.

Além desses dispositivos legais, possui um conjunto de parceira para operacionalização da educação integral, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), as secretarias estaduais e municipais e sendo este um fundo de grande porte de recursos financeiros para a educação.

É neste campo da base legal que as políticas públicas da educação criaram e regulam o novo modelo da educação integral, o PME (Programa Mais Educação), mas ainda há muito a ser ajustado no decorrer da sua implementação, na qual pretende-se que as ações sejam atingidas em todo território brasileiro.

Conforme o Brasil (2013, p.4):

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesse e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens.

O Programa Mais Educação defende um ensino integrado em todas as dimensões, na perspectiva em superar os desafios educacionais desencadeados pela fragmentação do sistema, para assim formar um cidadão completo. O Brasil (2009, p.28), afirma que:

A formulação de uma proposta de Educação Integral está implicada na oferta dos serviços públicos requeridos para atenção integral, conjugada à proteção social, o que pressupõe políticas integradas (intersetoriais, transversalizadas) que considerem, além da educação, outras demandas dos sujeitos, articuladas entre os campos da educação, do desenvolvimento social, da saúde, do esporte, da inclusão digital e da cultura.

A ideia da educação integral é intensificar progressivamente a ampliação da jornada escolar com as ações das políticas públicas do Plano de Desenvolvimento da Educação, tornando os espaços educativos atraentes e dinâmicos. O Brasil (2009, p.25) explana que:

A política educacional, a Educação Integral, na perspectiva presente nesses marcos legais, pode transformar a escola em contexto mais

atrativo e adequado à realidade e às demandas de crianças e de adolescentes brasileiros e de suas famílias, pois permite, a essa instituição, suplantar possíveis ideias de “hiperescolarização” ou de instituição total e, aos governos, integrarem e ampliarem a cobertura de suas ações sociais.

As atividades pedagógicas do Programa Mais Educação são divididas em macrocampos, isto é, campos do conhecimento diversificados, que abrangem várias áreas. Segundo Brasil:

A distribuição das atividades dos macrocampos se interligam com as quatro áreas do conhecimento constantes no currículo da base nacional comum – Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Desta forma, na ampliação do tempo escolar na perspectiva da Educação Integral busca-se expandir o horizonte formativo do estudante e estimular o desenvolvimento cognitivo, estético, ético e histórico (2014, p.8).

Neste contexto, as ações pedagógicas referentes a Geografia escolar presentes na educação integral (Programa Mais Educação) são trabalhadas em conjunto com a disciplina de História. Conforme o Brasil (2013, p.11) “em História e Geografia deve haver o estudo da relação dos seres humanos com tempos e espaços na co-produção e transformação cultural, política e histórica”.

Conforme os documentos oficiais do Programa Mais Educação elaborado pelo Ministério da Educação, fica clara a presença da disciplina de Geografia escolar para as escolas públicas brasileiras. Apesar da essência do PME ser uma educação completa e significativa, a Geografia deve ter cada vez mais um espaço maior nas práticas socioeducativas no trato do cotidiano dos alunos.

Para Pontuschka (*et al.*2007, p.108), “se a perspectiva da escola básica é a educação integral, a Geografia deve colaborar com essa meta e pensar em outras dimensões do conteúdo, para estreitar as relações entre as outras disciplinas e promover a ampliação desse conceito”. Assim, reforça-se a importância do ensino da Geografia no referido Programa.

Já que o Programa Mais Educação é uma educação integral, neste caso, é necessário que a Geografia deva-se tratar da integração com outros campos disciplinares na ampliação dos conteúdos presentes na conduta das metodologias, expandindo a relação dos assuntos geográficos existentes com as práticas cotidianas dos alunos, enriquecendo o ensino e aprendizagem.

## 2.2 O ENSINO DE GEOGRAFIA

A Geografia escolar passou por reformas curriculares importantes, pois diante das constantes mudanças nos setores políticos, econômicos, social, tecnológicos entre outros, de maneira ampla e complexa, foi preciso acompanhar as atuais transformações dos elementos geográficos do espaço. Nesse sentido, Callai (2005, p. 228) diz que:

A educação no Brasil passa por profundas mudanças, talvez não tantas quanto a sociedade atual exigiria, mas sem dúvidas significativas. Nesse contexto, a geografia, como componente curricular (tradicional) na escola básica, também se modifica, seja por força das políticas públicas (PCNS, por exemplo), seja por exigências da própria ciência.

Mas, vale ressaltar que historicamente a Geografia passou por várias abordagens ao longo do tempo, elaborando-se diversos discursos diferenciados para efetivar-se como campo de conhecimento disciplinar. Neste processo, foram incorporados importantes elementos presentes em outros campos, de forma estruturada, conforme Tonini destaca,

As ideias sobre as coisas do mundo estavam cartografadas em outros campos do conhecimento, entre eles a Astronomia, a cartografia... É, portanto, deslocamento parte dos conhecimentos desses campos que se vai organizar a Geografia. E ela vai então ser fabricada como um campo demarcado de saberes e com própria identidade (2003, p.15).

Ainda Tonini aborda que:

Segundo consta na historiografia, parece que a Geografia se torna-se um campo do conhecimento somente em fins do século XIX. As condições de possibilidades para a sua tessitura estão assinaladas desde os primórdios da Antiguidade e se estendem por um longo período (2003, p.15).

A princípio, nas escolas, a essência dos ensinamentos da Geografia foi e ainda é fortemente abordada a descrição dos elementos físicos e sociais do mundo, conforme até então nos discursos obtidos historicamente na Ciência Geográfica.

Assim, Tonini (2003, p.16-17), diz que “a identidade produzida para descrever o mundo, foi fabricada por diversas engrenagens colocadas, adaptadas, ajustadas nos discursos que se foram configurando para traduzir as relações entre natureza e sociedade”, reveladas na perspectiva da Geografia Tradicional.

Para Carvalho (2004, p.33), “as geografias dos currículos tradicionais são, portanto, fruto de determinada época e as críticas feitas a esses currículos devem levar em conta que eles não são intrinsecamente inúteis, porém superados temporalmente”.

O ensino de Geografia deva-se dar conta da realidade cotidiana e global das crianças e adolescentes, sabe-se que o caminho é longo e desafiador, pois, o tratamento da disciplina geográfica tem sido dado apenas dentro da sala como área descritiva do espaço geográfico, sem conexão com a vida cotidiana dos alunos, tornando um ensino decorativo. Carvalho (2004, p.29), diz que “o ensino de Geografia sempre foi baseado na memorização de nomes, quer de rios, de montanhas, de cidades, ou de qualquer outro aspecto do espaço, desde o surgimento como disciplina escolar”.

De acordo com a política educacional, neste caso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p.21) sobre a Geografia, destaca que:

No ensino, essa Geografia se traduziu (e muitas vezes ainda se traduz) pelo estudo descritivo das paisagens naturais e humanizadas, de forma dissociada dos sentimentos dos homens. Os procedimentos didáticos adotados promoviam principalmente a memorização dos elementos que compõem as paisagens como dimensão observável do território e do lugar.

A luta da Geografia escolar é, justamente, trazer e explorar para as salas de aulas a vivência do dia-a-dia das crianças e adolescentes na compreensão do espaço vivido e o global dos assuntos geográficos.

Mas, vale salientar que na prática, o ensino de Geografia muitas das vezes, ainda trabalha de forma fragmentada com relação a vida cotidiana e os conteúdos escolares, pelo fato de que os indivíduos não se dão conta que fazem parte do todo, ou seja, parte do espaço geográfico.

Cavalcanti (2010, p.5) faz a seguinte colocação:

O “movimento” da década de 1980 também focava o ensino de geografia, procurando atribuir maior significado social a essa disciplina escolar. Questionava-se a estrutura dicotômica, fragmentada (composta por ‘partes estanques’) do discurso da Geografia escolar (de um lado, apresentavam-se os fenômenos naturais e, de outro, os humanos). A proposta era uma nova estrutura, cujo eixo era o espaço e as contradições sociais, orientando-se pela explicação das causas e decorrências das localizações de certas estruturas espaciais.

Nesta mesma perspectiva, Callai (2005, p. 229) ressalta que:

Aquela geografia chamada tradicional, caracterizada pela enumeração de dados geográficos e que trabalha espaços fragmentados, em geral opera com questões desconexas, isolando-as no interior de si mesmas, em vez de considerá-las no contexto de um espaço geográfico complexo, que é o mundo da vida.

Nesse sentido, Souza (2009, p.2) salienta que “na escola e no ensino da Geografia também fazemos essa separação entre conhecimento produzido e a nossa realidade cotidiana, ou seja, a nossa vida, bem como nos isolamos em nossa ‘ilha’ de conhecimento – nossa disciplina, e não pensamos no todo”.

Alguns professores acabam caindo no tradicionalismo do modelo convencional para cumprir com as regras impostas no currículo, deixando de lado a importância do espaço vivido dos alunos na agregação do ensino e aprendizagem. Segundo Cavalcanti,

As aulas ainda seguem, em muitos casos, o estilo tradicional de transmissão verbal, com a preocupação principal de “passar” o conteúdo que está sistematizado e disponível nos currículos e no livro didático. A aprendizagem é buscada pela repetição do conteúdo nas atividades em classe ou em casa. Sendo assim, vale o alerta de que a orientação de tomar o lugar do aluno como referência não deve ser apenas uma estratégia de mobilização para iniciar os estudos, a ser em seguida deixada de lado para retornar ao tratamento padrão do conteúdo; ao contrário, a referência ao lugar deve ser uma constante na busca de sentido dos conteúdos escolares (2010, p.6).

É importante frisar que o professor deve ser um indivíduo diferenciado na conduta da produção do conhecimento, pois tem o papel em provocar ou estimular as potencialidades de cada aluno.

Assim, as crianças e adolescentes se tornam sujeitos ativos na construção e desconstrução do conhecimento a todo instante, isto é, o professor deve procurar despertar no estudante o seu potencial e sua liberdade interior. Na junção dos métodos convencional (tradicional) ao inovador, na qual consiste em produzir conhecimentos próprios, não só para formação acadêmica e sim para vida social.

Nessa perspectiva, Cavalcanti (2010, p.3) aborda que:

Para despertar o interesse cognitivo dos alunos o professor deve atuar na mediação didática o que implica investir no processo de reflexão sobre a contribuição na vida cotidiana, sem perder de vista sua importância para uma análise crítica da realidade social e natural mais ampla.

É necessário um ensino integrado e dinâmico, que dê sentido na aprendizagem dos alunos, desse modo o professor precisa aprimorar as ações pedagógicas de Geografia. Nessa perspectiva, Souza afirma ainda que:

É preciso que nós, professores de geografia, rompamos com essa fragmentação, a fim de pensarmos a escola/ensino na totalidade, e o conhecimento geográfico como uma importante parte, mas não única, dessa realidade. Para isto, devemos apreender a importância da interdisciplinaridade e da contextualização do conhecimento geográfico na vida do aluno, visando a sua inserção plena e ativa no espaço vivido (2009, p.2).

Para o ensino, não existem fórmulas prontas, é necessário que o professor conduza as aulas de forma dinâmica e criativa, adequando os conteúdos curriculares e os contextos cotidianos aos métodos de ensino e também aos procedimentos metodológicos já existentes. Dessa forma, Cavalcanti (2010, p.3) diz que:

O papel diretivo do professor na condução do ensino está relacionado às suas decisões sobre o que ensinar o que prioritário ensinar em Geografia, sobre as bases fundamentais do conhecimento geográfico a ser aprendido pelas crianças e jovens, reconhecendo esses alunos como sujeitos, que têm uma história e uma cognição a serem consideradas.

Sobre o ensino e aprendizagem, Oliveira traz o seguinte destaque:

O ensino/aprendizagem da Geografia deveria ser planejado no todo, compreendendo os diferentes níveis de ensino, atendendo às diferenças, aos interesses e às necessidades das diversas clientela, considerando o desenvolvimento intelectual e visando a formação de uma cidadania responsável, consciente e atuante (2002, p.218).

Um ensino significativo para os alunos permite uma melhor compreensão dos conteúdos tratados, e também torna favorável ao desenvolvimento cognitivo, e ao mesmo tempo, ter uma visão crítica do lugar de vivência e do mundo.

Sendo assim, Callai (2005, p.237), salienta sobre a leitura geográfica do mundo,

Fazer a análise geográfica significa dar conta de estudar, analisar, compreender o mundo com olhar espacial. Esta é a nossa especificidade – por intermédio do olhar espacial, procurar compreender o mundo da vida, entender as dinâmicas sociais, como se dão as relações entre os homens e quais as limitações/condições/possibilidades econômicas e políticas que interferem.

Para melhorar a educação é necessário ressignificar o ensino, isto é, precisa-se de uma inovação nas práticas pedagógicas, principalmente na Geografia escolar, pois, esta disciplina é privilegiada por sua essência ser bastante diversificada e que permite uma leitura ampla da realidade.

Diante das transformações no mundo em todas as escalas sendo ela, local, regional, nacional e global, não cabe mais um ensino descritivo da realidade, pois as mudanças são constantes em todos os setores, sendo atribuídos e acrescentados novos valores e significados. Nesse sentido, a Geografia escolar busca gradativamente renovar a estruturação teórica e metodológica, e ao mesmo tempo, incrementar novos sentidos.

Carvalho faz a seguinte ponderação:

O fato de tal necessidade de renovação ser bastante forte na geografia pode ser explicado pela atual discussão teórico-metodológica que se trava, academicamente, e que vem se refletindo na geografia escolar como esperança de uma disciplina, tradicionalmente considerada de segundo escalão, rotulada no rol das materiais descritivas, vista como prima pobre da história possa vir a ter um papel maior importante na instituição escolar (2004, p.23).

A Geografia é um campo do conhecimento que se faz presente a todo instante em todos os lugares, isto é, em todas as escalas e não de forma geograficamente restrita e isolada. Segundo Kaercher (2003, p.11), “a Geografia existe desde sempre, e nós a fazemos diariamente. Devemos romper então com aquela visão de que a Geografia é algo que só veremos em aulas de Geografia”.

O programa Mais Educação que é uma política educacional que está em vigor está fazendo mudanças nas propostas pedagógicas presentes nos currículos das escolas públicas brasileiras, incorporando novos métodos e também novas práticas educativas, que são necessárias, pois a realidade escolar precisa ser dinâmica, integrada e interativa com os assuntos globais, nacionais, regionais, e principalmente locais, para que alunos sejam agentes produtivos do conhecimento.

Vale ressaltar que escola é o espaço das diversidades da vida cotidiana das pessoas, onde produz e reproduz variados saberes e é nessa esfera que a Geografia escolar se apresenta como aliada a essa construção do conhecimento e ao diálogo. Nesse sentido, Cavalcanti (2010, p. 3), destaca que “a Geografia contempla a diversidade da experiência dos homens na produção do espaço, as questões espaciais estão sempre presentes no cotidiano de todos eles, sejam as de dimensões globais ou locais”.

É com essa relação que a Geografia escolar se destaca por construir sua própria identidade, pois, a partir deste campo disciplinar, os conteúdos geográficos podem ser trabalhados de forma não decorativa, mas sim criativas, sobre a probabilidade do professor diversificar com novas maneiras de ensinar e os alunos aprenderem a construir seu próprio conhecimento.

Um exemplo é a representação das paisagens do espaço rural e urbano, o professor deve levar em consideração o espaço vivido dos estudantes tanto da cidade quanto do campo, fazendo com que os próprios alunos façam observação e comparação dos elementos dos respectivos lugares. Assim, Callai enfatiza que:

Desse modo, fazer a leitura da paisagem pode ser uma forma interessante de desvendar a história do espaço considerado, quer dizer, a história das pessoas que ali vivem. O que a paisagem mostra é o resultado do que aconteceu ali. A materialização do ocorrido transforma em visível, perceptível o acontecido (2005, p.238).

Callai ainda salienta que:

Ao ler o espaço, desencadeia-se o processo de conhecimento da realidade que é vivida cotidianamente. Constrói-se o conceito, que é uma abstração da realidade, formado a partir da realidade em si, a partir da compreensão do lugar concreto, de onde se extraem elementos para pensar o mundo (ao construir a nossa história e o nosso espaço) (2005, p.241).

Vale ressaltar também, que a partir do desenvolvimento do olhar espacial dos alunos sob os aspectos geográficos, há uma ampliação da visão de mundo partindo das vivências cotidianas das relações socioespaciais em casa, no bairro e na cidade, interligados aos assuntos da disciplina de Geografia de uma maneira lúdica, para a produção de novos conhecimentos.

### 3 A GEOGRAFIA NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO



Figura 1: Mapa de localização do município de Governador Mangabeira – Bahia  
 Fonte: Elaborado por Lucas Silva 2015, Sistema de Coordenadas UTM SAD 69.

O município de Governador Mangabeira do Estado da Bahia fica localizado no Recôncavo Baiano, com população estimada em 2015, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 21.267 habitantes, sendo 10.321 do sexo feminino e 9.497 do sexo masculino, e possui uma área territorial de 106,317 km<sup>2</sup>. De acordo com Atlas Brasil a população rural no ano de 2010 está em 12.401 habitantes.

Conforme o IBGE, o Censo Educacional de 2012 no município apresentava o total de 53 escolas, sendo que 21 do pré-escolar, 30 do Ensino Fundamental e 2 do Ensino Médio. O Censo Educacional indicava em 2012 que 888 alunos estavam matriculados no pré-escolar, 3.355 no ensino Fundamental e 862 no Ensino Médio.

A instituição escolar de ensino pesquisada fica localizada na zona rural do município de Governador Mangabeira – Bahia. O programa Mais Educação, está em vigor nesta escola, desde 2012, mas, vale ressaltar que no ano de 2015, período da pesquisa, estavam matriculados no Programa Mais Educação sessenta alunos.

A escola pesquisada é de pequeno porte, da Rede Municipal de Educação Infantil e Fundamental I, com funcionamento no matutino e vespertino. A estrutura

externa da escola possui um pequeno pátio, já na estrutura interna, tem uma sala da diretoria, outra sala de informática, dois banheiros para os alunos e um para os professores, um refeitório, uma cozinha, e cinco salas de aula. Dispõem de três turmas da Educação Infantil, cinco turmas dos anos iniciais (1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano), e duas turmas do Programa Mais Educação que funcionam em uma sala adaptada para as oficinas. Atualmente a escola tem aproximadamente 160 estudantes.

Conforme a declaração da diretora da escola, estas turmas do Programa Mais Educação são compostas por alunos que apresentem dificuldades em aprendizagem. Possui seis monitores, sendo uma monitora de dança, um monitor de música, uma monitora de pintura e três monitoras que trabalham em conjunto com Letramento, Matemática e Ciências Humanas. As turmas são com alunos mesclados, isto é, são estudantes das variadas séries iniciais do fundamental do ensino regular da própria escola.

As oficinas são realizadas nos turnos matutino (08h00min às 11h40min) e vespertino (13h00min às 16h40min) com uma turma pela manhã e outra pela tarde, com alunos do 2º, 3º, 4º e 5º dos anos iniciais do Ensino Fundamental. As atividades estão distribuídas da seguinte forma: Segunda-feira: Campo do conhecimento - Letramento, Matemática, História, Ciências e Geografia; Terça-feira: Música; Quarta-feira: Dança; Quinta-feira: Pintura; Sexta-feira: Campo do Conhecimento.

### 3.1 AS AULAS DE GEOGRAFIA: REALIDADE E POSSIBILIDADES

Essa etapa da pesquisa serviu de suporte para compreender o tratamento do ensino de Geografia no Programa Mais Educação na escola municipal objeto de estudo, a partir das entrevistas realizadas com as duas monitoras responsáveis pelas oficinas de Letramento, Matemática, Ciências, História e Geografia. A entrevistada A tem Formação Geral (Ensino Médio completo) e a entrevistada B está cursando Licenciatura plena em Pedagogia. Para fins de organização, as entrevistadas serão aqui tratadas como A e B, respectivamente.

### 3.1.1 Concepção sobre educação, ensino e Geografia

Quando questionadas sobre suas concepções de educação, ensino e Geografia, as monitoras do Programa Mais educação responderam:

Eu tento ensinar da melhor forma possível, que os alunos possam entender toda dinâmica, os livros, as histórias, até mesmo no nosso dia-a-dia. No período em que ensinei na banca em casa trabalhei com a geografia, eu os mandava trabalharem com os mapas e reconhecer as regiões. A educação a gente tem o objetivo de avaliar o comportamento da criança mesmo quando estão em casa ou quando estão na escola (Entrevistada A).

Minha concepção de educação não é só de escola e sim educação de berço, de casa que a gente pega essa educação e atribuiu nas atividades curriculares, atividades pedagógicas. Mas, lembrando sempre que pra mim a educação básica é aquela de casa se não tiver essa educação na escola nada dar certo. O ensino de geografia pelo menos na área do Programa Mais Educação eu nunca vir nem tocar no assunto da gente trabalhar com a geografia. Se estiver no dever de casa à gente ensina. O que pede pra focar é o português e a matemática. Sempre tem dever de casa de geografia e de história (Entrevistada B).

Diante dos relatos feitos pelas monitoras, é perceptível que ressaltam a importância da educação não-formal, que extrapola os muros da escola, pautado no papel da família, sendo este fundamental para auxílio da aprendizagem escolar e na formação dos indivíduos.

Segundo Gadotti (2005, p.2), “o conceito de educação sustentado pela Convenção dos Direitos da Infância ultrapassa os limites do ensino escolar formal e engloba as experiências de vida, e os processos de aprendizagem não-formais que desenvolvem a autonomia da criança”. Neste sentido, é necessária a junção das experiências do cotidiano dos alunos com o ensino e os conteúdos programáticos, tornando um melhor desenvolvimento da aprendizagem escolar.

De acordo com Pontuschka (2000, p.147), “não é possível pensar o ensino e a aprendizagem da Geografia sem pensar que ela é parte integrante da escola [...]”. Com a implementação do Programa Mais Educação, o ensino geográfico deva se intensificar de forma integrada em prol do desenvolvimento da aprendizagem, pois é uma disciplina que relaciona os assuntos globais com os locais no espaço geográfico, sendo assim, uma Ciência viva, que acompanha as transformações no mundo.

A Geografia trata dos variados assuntos, sendo eles, social, econômico, político, cultural, ambiental entre outros, para que dessa maneira possa estimular a criatividade e o desenvolvimento cognitivo integral dos estudantes.

Mas, quanto ao ensino de Geografia no Programa Mais Educação na escola pesquisada, revela que ainda tem uma pequena atuação, como foi alertado pela monitora, pois a Geografia só está presente no dever de casa, o mesmo acontece também com as disciplinas de História e Ciências. É notória a preocupação e a dedicação das monitoras com o Letramento e a Matemática, áreas do conhecimento que os alunos apresentam maior dificuldade na aprendizagem. Vale ressaltar que as entrevistadas demonstraram não ter conhecimento sobre a importância da Geografia na Educação Integral e quais são as diretrizes que compõem o Programa Mais Educação, e também enfrentam a falta de apoio pedagógico na elaboração dos projetos pedagógicos referentes ao ensino geográfico nas séries iniciais, sendo estas, o alicerce da educação como um todo.

### 3.1.2 Conhecimento do Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação possui propostas que envolve todas as disciplinas escolares de forma lúdica para o aprendizado do aluno. Estas atividades ministradas pelas monitoras são desenvolvidas no turno oposto da educação regular.

Em sequência, quando perguntado a elas o que conhecem do Programa Mais Educação, assim se posicionaram:

Todo ano vêm os conteúdos numa pasta, a coordenadora mostra como a gente pode fazer, qual o objetivo, o que a gente pode trabalhar, a gente ficar livre para escolher os conteúdos (Entrevistada A).

O que eu conheço sobre o programa mais educação que é extensão da aula onde o aluno estuda no horário oposto em modalidade diferente para não ficar cansativo. A única modalidade parecida com a da escola é o campo do conhecimento, onde é pedido pra gente como somos monitoras do campo do conhecimento posso dizer que é pedido pra trabalhar com português e matemática, que é pedido sempre, toda vez que fala só se refere a matemática e português e o dever de casa (Entrevistada B).

As falas mostram que apesar da implementação do Programa Mais Educação no ano de 2012, ainda a escola está em processo de adaptação a uma

Educação Integral e que precisa melhorar, pois as ações pedagógicas do Programa Mais Educação visam:

[...] um tempo diário e significativo para o aprofundamento e o acompanhamento do que foi aprendido em sala de aula, enfatizando ações que promovam a paixão pela literatura, o convívio com a escrita e a leitura compartilhada de textos, o desenvolvimento do pensamento lógico-matemático, a compreensão das relações sociais e humanas e das relações entre os diferentes seres da natureza, dentre outras aprendizagens significativas dos diferentes campos do conhecimento (BRASIL, 2013, p.10).

Estas propostas, como anunciado oficialmente, têm o intuito de, além da ampliação do tempo da permanência do alunado na escola, organizar o currículo de forma integral, contribuindo com as ações pedagógicas para elaboração e acompanhamento das atividades no turno oposto do ensino regular.

A entrevistada A ressaltou sobre a entrega da pasta, que todas as monitoras recebem na reunião com a coordenadora pedagógica do Programa Mais Educação, antes de colocar em prática as oficinas. Nesses pacotes vêm as atividades das oficinas nesta instituição de ensino, sendo estas, Leitura e escrita através da música, Matemática, Ensinar a criança, aprendendo com a música, Família e escola: uma parceria que dá certo!!!, Letramento, Danças/Arte corporal. Mas ficou evidente que nestes projetos não tem nada específico aos conhecimentos geográficos.

A Geografia deveria ter um espaço maior nas ações pedagógicas do Programa Mais Educação aplicada nas escolas, por ter um potencial interdisciplinar. De acordo com Castrogiovanni (2007, p.44) “a Geografia talvez seja a disciplina que mais trabalha com práticas interdisciplinares, percorrendo um leque de possibilidades na área da educação, pois, a interdisciplinaridade possibilita uma articulação da Geografia com as outras matérias do ensino de forma lúdica e atrativa, superando a fragmentação”.

Assim, é necessário que os professores do Programa tornem as aulas mais dinâmicas e interativas, despertando o interesse dos estudantes sobre o conhecimento geográfico de forma significativa, e não um ensino geográfico decorativo e com conteúdos armazenados nas tarefas escolares.

Nesse sentido, o MEC ainda afirma que o professor:

É aquele que reinventa a relação com o mundo, que reinventa sua relação com o conteúdo que ensina, com o espaço da sala de aula e com seus alunos. É aquele que se permite ver nos alunos possibilidade e processos em realização. Por isso pode ser comparados a um artista na arte de mediar aprendizagens e buscar sempre o (re) encantamento com sua profissão (BRASIL, 2009, p. 36-37).

Mas, para uma ressignificação desse ensino e aprendizagem com esta nova política educacional de uma educação integral, é preciso cada vez mais qualificar os profissionais e elaborar projetos interdisciplinares ligados às disciplinas.

### 3.1.3 Formação/treinamento para ser professor no Programa Mais Educação

O professor deva-se ser qualificado no processo educativo, pois o docente faz parte da mudança no que se refere à Educação Integral.

Veja-se o que foi respondido:

Logo quando a gente foi a primeira vez a coordenadora demonstrou como a gente podia agir com as crianças, o que a gente pode fazer. Não há treinamento, há apenas uma instrução nas atividades que as professoras passam e atividades complementares como se fosse um reforço escolar. Têm muitos que ainda não sabem ler, sempre temos que trabalhar a leitura com eles (Entrevistada A).

Não há curso, a gente sente muita falta disso porque ficamos o início do ano todo para se preparar, mas não há curso. Há apenas uma reunião um pouco antes de entregar uma pasta com algumas dicas básicas. Porque eu consigo meus conteúdos a partir da faculdade e através de colegas professores que tenho, através do google, mas assim com a pasta que dão não dar pra fazer todas as atividades no resto do ano. Existe planejamento, mas planejar com quem? Só com a gente. No caso era para o coordenador viesse no mínimo uma vez no mês e sentar e dar ideias e propostas. Já fui monitora pintura, artesanato, radio escola, teatro, letramento (alfabetização), produção de textos, mas geografia não, se já teve modalidade com geografia não foi escolhida pelo gestor (Entrevistada B).

Como já foi salientado que a entrevistada A tem apenas o ensino médio completo e a entrevistada B está cursando Pedagogia, mostra que ambas têm o desejo em aprimorar os estudos. Porém, fica evidenciada a falta de acompanhamento pedagógico e a carência de investimento na formação desses profissionais para atuarem com as oficinas do PME, estes fatores impactam negativamente na melhoria do ensino e aprendizagem da Educação Básica.

### 3.1.4 Os conteúdos trabalhados nas aulas de Geografia no Programa Mais Educação

Foi questionado as monitoras sobre quais conteúdos são trabalhados nas aulas de Geografia, a entrevistada A respondeu que “usa o livro didático e às vezes os mapas”, e a entrevistada B relatou que “nunca foram dados conteúdos referentes à Geografia”.

Diante dos relatos, percebe-se a restrição da Geografia no cotidiano dos alunos, isto é, os conteúdos só estão presentes nas tarefas escolares sem conexão com a realidade, tornando um estudo sem brilho e sem encantamento da Ciência Geográfica. Cada disciplina tem seus objetivos e conteúdos específicos, porém, podem ser trabalhados em conjunto, através de projetos, e desta forma podem contribuir para um aprendizado mais significativo.

É necessário que o professor, junto com o acompanhamento pedagógico do Programa Mais Educação, intensifique a teoria e a prática das atividades ligadas ao conhecimento geográfico. Por exemplo, o conteúdo sobre “as vegetações do Brasil” o educador, por sua vez, pode explorar os tipos de vegetação de cada região brasileira, mas dando ênfase na vegetação local, esta relação faz com que os estudantes tenham aproximação com a Geografia e compreendam que todos fazem parte do espaço geográfico, através da leitura do mundo.

Na escola do espaço rural, a Geografia proporciona um aprendizado entre a disciplina e a vivência do lugar dos alunos. Nesse sentido, a importância da paisagem local presente no ensino de Geografia através da exploração do olhar geográfico ao seu redor, onde o aluno se localiza que é recheada de detalhes. Na parte externa da escola pesquisada pode trabalhar com a educação ambiental para sensibilizar os estudantes na prática com atividades de plantio com espécies nativas da mata Atlântica do próprio local que o estudante reside, ressaltando a relevância da fauna e da flora para a conservação ambiental da escala local a global.

Segundo Callai (2005, p.229), “o papel da Geografia na instituição de ensino é ler o mundo da vida, ler o espaço e compreender que as paisagens que podemos ver são resultado da vida em sociedade, dos homens na busca da sua sobrevivência e da satisfação das suas necessidades”. “Aprender a pensar o espaço. E, para isso,

é necessário aprender a ler o espaço, que significa criar condições para que a criança leia o espaço vivido” (CASTELAR, 2000, p.30). Mas, mesmo com a presença da Geografia nos documentos oficiais do PME existe pouca exploração com essa Ciência nas oficinas da escola pesquisada.

### 3.1.5 Dificuldades em trabalhar Geografia no Programa Mais Educação

A entrevistada A salientou que “os alunos do 2º e 3º ano dos anos iniciais não entendem direito sobre os mapas, mas em relação ao 5º ano já entendem um pouco melhor, por buscarem informações nos livros didáticos”. A entrevistada B respondeu que “nunca teve dificuldade porque nunca foi pedido para trabalhar com Geografia, e se pedirem pra trabalhar vai ter dificuldade”.

Quanto às dificuldades enfrentadas pelas professoras do PME, são visíveis devido à falta de preparação e especialização na área específica da Educação Integral, por ser um ensino diferente do regular. Isto retrata uma carência do conhecimento geográfico na vida dos alunos e nas práticas pedagógicas referentes ao programa do Governo Federal.

### 3.1.6 Avaliação da atuação com Geografia no Programa mais Educação

Quando perguntadas sobre que avaliação fazem das suas atuações com a Geografia no Programa mais Educação, a primeira entrevistada ressaltou a preocupação com a dificuldade em relação a aprendizagem dos alunos, e conforme a segunda entrevistada salientou que não sabe o que avaliar, pois ela nunca trabalhou especificamente com a disciplina de Geografia.

Com todas as falas das entrevistadas ficou claro que a Ciência Geográfica ainda tem um papel pequeno nas ações pedagógicas do Programa Mais Educação praticadas na escola, objeto deste estudo. Apesar da sua importância no aprendizado das séries iniciais, esta disciplina ainda é pouca explorada devido a falta de projetos específicos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações obtidas pelas monitoras, ficou evidente que a Geografia tem um espaço bem limitado nas oficinas do Programa, embora essa Ciência esteja presente nos documentos oficiais do Ministério da Educação.

É importante destacar que a essência dessa disciplina escolar é promover um ensino voltado para estimular o aluno a fazer leitura do mundo, proporcionando um olhar diferenciado sobre os conhecimentos no espaço geográfico.

Não cabe mais trabalhar um ensino com os conteúdos programáticos estáticos e armazenados, distantes da realidade do aluno. O estudante deve interagir com os assuntos geográficos, e ao mesmo tempo, contextualizando as informações para construir o próprio conhecimento.

Por outro lado, o professor, muitas vezes, encontra dificuldades para exercer o seu papel, pois esta pesquisa detectou que a escola participante do Programa Mais Educação não segue integralmente as ações pedagógicas, pelo fato que esta política ainda pouco propõe condições favoráveis para alavancar o ensino e aprendizagem, principalmente da Geografia. Nesse sentido, através das entrevistas, constatou-se que a escola prioriza os projetos ligados ao Letramento, Matemática, Dança, Música e Pintura.

Neste trabalho, foi possível compreender também que esta instituição de ensino precisa se adaptar a essa nova política pública educacional, isto é, uma educação integral que está em vigor em todo território brasileiro.

Os projetos pedagógicos de Geografia do Programa Mais Educação nas atividades no contra turno do ensino regular não funcionam e não são desenvolvidos nesta escola da pesquisa, o aluno apenas tem contato com esta disciplina nos deveres escolares para casa, caracterizando o Programa Mais Educação como um reforço ao tratar-se com o conhecimento geográfico. Com base nas entrevistas, foi constatado também que as monitoras ainda não têm uma formação específica para atuação e preparação referente ao ensino de Geografia, para contribuírem na

aprendizagem do estudante. Cabe aqui explicar que as oficinas são trabalhadas com maior evidência nas áreas do conhecimento: Letramento e Matemática.

Teoricamente é evidente que o Programa Mais Educação é uma política da educação do Governo Federal significativa e eficaz, mas na prática ainda precisa de ajustes, por exemplo, desenvolver e executar projetos pedagógicos interdisciplinares para todas as disciplinas, e em especial, a Geografia.

A partir dos resultados deste trabalho, fica demonstrado que as monitoras entrevistadas têm interesses em aperfeiçoar os estudos para melhorar o ensino e aprendizagem do estudante com essa nova roupagem da Educação Básica. É necessário que haja mais investimento na formação desses profissionais para atuarem e trabalharem com ações pedagógicas do Programa Mais Educação proporcionando uma agregação dos conhecimentos, principalmente de Geografia, com a vida cotidiana do aluno.

Assim, que apesar da participação da escola no Programa Mais Educação desde 2012, ainda não conseguiu atingir todos os objetivos das diretrizes através das atividades pedagógicas. Vale lembrar que o PME ainda está em fase de desenvolvimento e por isso necessita de adequação em prol de uma melhoria na Educação Básica, para isso é de suma importância superar as dificuldades e, ao mesmo tempo, alcançar todas as metas da Educação Integral.

## REFERÊNCIAS

ATLAS Brasil. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/governador-mangabeira\\_ba](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/governador-mangabeira_ba)>. Acesso em: janeiro de 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia, terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**. Brasília. MEC/SEF. 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96**, Brasília/DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12907:legislacoes>> Acessado em: novembro de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação: passo a passo**. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Série Mais Educação. **Educação Integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Manual Operacional de Educação Integral**. Brasília, DF, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Manual Operacional de Educação Integral**. Brasília, DF, 2014.

CALLAI, Helena Copetti. **Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental**. Cad. Cedes, Campinas Cad. vol. 25, n. 66, 2005, p. 227-247. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

CARVALHO, Maria Inez. **Fim de século: A Escola e a Geografia**. Editora: Unijuí, 2ª edição, Coleção Ciências Sociais, 2004.

CASTELLAR, S.M.V. **A alfabetização em Geografia**. Espaços da Escola, Ijuí, v.10, n.37, p. 29-46, jul./set. 2000.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. **Para entender a necessidade de práticas prazerosas no ensino de geografia na pós-modernidade.** In: REGO, Nelson et al. Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativos.** In: I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO - Perspectivas Atuais. Belo Horizonte. Anais do Seminário, 2010.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Análise de políticas públicas: o estudo do Estado em ação.** Salvador: EDUNEB, 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto;** tradução Luciana de Oliveira Rocha. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GADOTTI, Moacir. **A Questão da educação Formal / Não Formal.** Texto apresentado ao InstitutInternational Des Droits De L'enfant (IDE). Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problèmes sans solution? Sion, 18 a 22 outubro de 2005.

IBGE. MEC – Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP- Censo Educacional 2012. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/educacao.php?lang=&codmun=291160>>. Acesso em: Janeiro de 2016.

KAERCHER, Nestor André. **A geografia é o nosso dia-a-dia.** In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; SCHÄFFER, Neiva Otero; KAERCHER, Nestor André. Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2003, pp. 11-22.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo, Editora Cortez, 10ª edição, 2011, pp.1-407.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 51- 66.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **Geografia, Representações Sociais e Escola Pública.** Terra Livre. São Paulo, n. 15, p. 145-154, 2000.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Lyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender geografia** - 1ª ed.- São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção docência em formação. Série Ensino Fundamental).

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática.** In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. Fronteiras da educação: tecnologias e políticas. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010, p.93-99.

OLIVEIRA, Livia. **O ensino/aprendizagem de Geografia nos diferentes níveis de ensino.** In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. (Orgs.). Geografia em Perspectiva: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2002, p. 217-220.

SOUZA, Hanilton Ribeiro de, **O cotidiano na Geografia, A Geografia no cotidiano.** Anais do 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia. 2009.

TONINI, Ivaine Maria. **Geografia Escolar: Uma história sobre seus discursos pedagógicos.** Editora: Unijuí, Rio Grande do Sul, 2003.

# Apêndice



UNEB - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DCH – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

### **Roteiro da entrevista com as monitoras do Programa Mais Educação**

- 1 – Qual a sua concepção de Educação, Ensino e Geografia?
- 2 – O que você conhece do Programa Mais Educação?
- 3 – Há ou houve algum tipo de formação/treinamento para ser professor no Programa Mais Educação?
- 4 – Quais os conteúdos são trabalhados nas aulas de Geografia?
- 5 – Quais as maiores dificuldades em trabalhar Geografia no Programa Mais Educação?
- 6 – Que avaliação faz da sua atuação com Geografia no Programa mais Educação?

